



AUTONOMIA

Prefeitura quer áreas da União mais livres

ALESSIO VENTURELLI

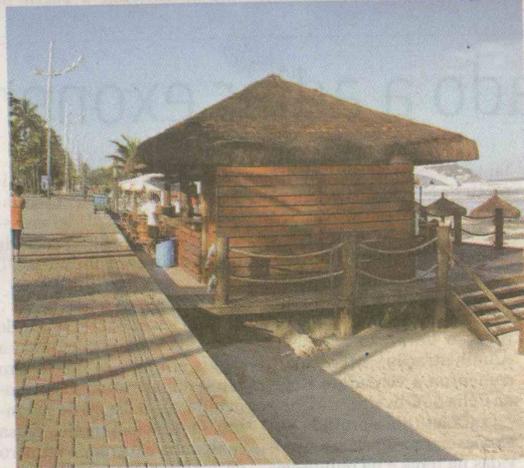
DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Guarujá negocia com a Secretaria de Patrimônios da União (SPU) a cessão administrativa das áreas de influência federal localizadas no Município, principalmente as situadas na região da orla marítima.

O objetivo, segundo a secretária municipal de Assuntos Jurídicos, Fábica Margarido Daléssio, é criar um mecanismo

jurídico que dê maior autonomia à Municipalidade para tratar sobre a ocupação desses espaços por particulares, bem como para autorizar a realização de eventos de alta temporada.

Atualmente, para obter qualquer autorização com esta finalidade é necessário ter a aprovação tanto da Municipalidade, quanto do órgão federal. Porém, essa burocracia não tem impedido a proliferação de estabelecimentos irregulares na



Asituação dos quiosques da Praia da Enseada faz parte das discussões

Cidade, especialmente na Enseada, onde há 104 quiosques operando na ilegalidade.

Determinada a regularizar essa situação (que desde 2006 é alvo de ação civil movida pelo Ministério Público) a secretária propôs à SPU, na última quarta-feira, a formalização de um contrato de cessão de área pública, pelo qual o Município assumiria totalmente a responsabilidade pelo gerenciamento e fiscalização dos espaços localizados à beira-mar.

"Nossa meta seria iniciar (esse processo) na Praia da Enseada, que tem demandas judi-

ciais, e depois estender para as demais. Temos que evitar que os quiosqueiros venham a sofrer algum tipo de condenação ou paralisação das atividades", disse Fábica Margarido, que discutiu o assunto com técnicos da SPU. Ela entende que, com a Administração Municipal tomando a frente das negociações entre quiosqueiros e MP, a solução do problema ficaria mais simples e demandaria menos tempo.

"Dessa forma, nós já conseguiríamos eliminar todo o envolvimento que existe para a resolução do problema", disse ela, referindo-se à grande quantidade de órgãos (MPE, MPF, Prefeitura e SPU) que vêm tratando da questão atualmente.

"O tratamento ficaria entre a Administração e os quiosqueiros que, juntamente, aprovariam um projeto (de retirada e transferência) de consenso, e depois o encaminharia para o Ministério Público", argumentou a secretária de Assuntos Jurídicos de Guarujá, avisando que, caso a SPU aceite a proposta apresentada, ela será executada estritamente dentro dos parâmetros estabelecidos pelo órgão.

A SPU, por sua vez, informou que a proposta encaminhada pela Prefeitura está em análise, e que o órgão deverá se pronunciar sobre o assunto no prazo de 30 dias.



**Guarujá
Festival Gospel de
Teatro Amador**

Será realizado de 3 a 8 deste mês, às 19 horas, no Teatro Procópio Ferreira, com apresentação de 20 peças, para promover a integração entre as igrejas evangélicas. Av. D. Pedro I, 350, Enseada. Os ingressos custam R\$ 5,00.

TAPA-BURACOS

**Operação
mobilizará
cinco equipes**

ALESSIO VENTURELLI

DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Guarujá definiu ontem os primeiros locais que receberão os serviços da operação tapa-buracos, a partir da semana que vem. Serão as avenidas Santos Dumont, Adhemar de Barros, Tancredo Neves, Avenida da Saudade e a Rua Idalino Pinez.

De acordo com o secretário municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, Duíno Verri Fernandes, cinco equipes serão distribuídas pela Cidade para realizar os trabalhos. O cronograma dos serviços, segundo ele, terá como prioridade inicial as vias expressas da Cidade, onde há maior fluxo de veículos.

“Em alguns trechos, se houver necessidade, será realizado recapeamento e tapa-buraco”, avisou o secretário, que espera resolver a situação dentro de 60 dias.

Além de fazer a manutenção da malha viária do Município, a Prefeitura também realizará os serviços de desobstrução de bocas de lobo e obras de melhorias na rede de drenagem dos bairros.

A cargo da Terracom Construções Ltda., os trabalhos terão duração prevista de 180 dias.



GUARUJÁ. Terreno fica próximo ao Paço

Antonieta oferece área para novo Fórum

ALESSIO VENTURELLI
DA REDAÇÃO

O terreno localizado entre o Paço Municipal Moacir dos Santos Filho e o PAM da Rodoviária será o futuro endereço do Poder Judiciário de Guarujá. Pelo menos essa é a intenção da prefeita Maria Antonieta de Brito (PMDB), que ontem ofereceu ao Governo Estadual a cessão dessa área para a construção de um novo prédio do Fórum, com capacidade para abrigar as 10 Varas de Justiça existentes na Cidade, hoje divididas em dois endereços.

Acompanhada de deputados

e de representantes do Judiciário local, Antonieta foi recebida pelo secretário estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Guimarães Marrey, a quem propôs a formalização de um convênio entre Prefeitura e Estado, para a execução do projeto.

“Foi uma audiência extremamente positiva. Ficou acertado que, na próxima semana, alguns técnicos da Secretaria de Justiça virão a Guarujá para fazer uma vistoria no terreno, juntamente com engenheiros da Prefeitura”, disse a prefeita, salientando que já entregou a



Acompanhada de deputados, Antonieta apresentou proposta ao secretário Luiz Antonio Marrey (1º à dir.)

Marrey todas a documentação necessárias para dar início aos trâmites burocráticos que envolvem a questão.

O próximo passo agora, segundo Antonieta, será verificar os custos da obra e as contrapartidas financeiras que caberão a cada parte envolvida no projeto. “Concluída essa etapa, já poderemos começar a elabo-

rar a minuta do convênio”, explicou ela, dizendo que espera ter logo essas estimativas de gastos em mãos, para incluí-las no Plano Plurianual de 2010. “Quanto mais rápido isso acontecer, melhor para a população, que passará a ter um atendimento mais digno”, destacou Antonieta, que deseja que os serviços sejam iniciados já

no próximo ano. “Vamos ver se ainda este ano a gente consegue superar todas essas etapas burocráticas, para iniciar 2010 já com novas perspectivas em relação a isso”.

PASSO IMPORTANTE

Também presente à reunião com o secretário de Justiça, o juiz-diretor do Fórum de Gua-

Continua



Interesse

Juiz afirma que o terreno indicado pela Prefeitura está situado em ponto estratégico, de fácil acesso aos moradores

rujá, Valdir Ricardo Lima Pompeo Marinho, elogiou a escolha do local indicado pela Prefeitura e disse estar otimista com a possibilidade de melhorar o atendimento jurídico prestado à população. “Foi um encontro muito importante, pois esse projeto é crucial para o futuro da Cidade. A demanda só tende a crescer e nós estamos sufocados em termos de espaço físico”.

Conforme o magistrado, a área está localizada em local estratégico, próximo às entradas da Cidade e de Vicente de Carvalho, e em uma via de fácil acesso. Ele ressaltou que, apesar das burocracias a serem enfrentadas a partir de agora, o mais importante é que se chegou a um consenso sobre o assunto.

“Essa questão vem sendo discutida há anos, mas só agora é que houve uma sintonia de ideias a respeito do projeto e isso é o mais importante para que a iniciativa se concretize”, avaliou Pompeo Marinho.